

Silvana Maria Bellé Zasso

szasso@mikrus.com.br

Enunciação, escrita e alfabetização: sobre a alteridade na linguagem

Enunciation-Writing-Literacy Process: about otherness in the language

RESUMO – Este texto, a partir das teorias lingüísticas da enunciação de Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, discute a respeito dos elementos envolvidos na produção da subjetividade e da singularidade na linguagem. Para tanto, toma-se a escrita nos anos iniciais de escolarização como objeto de estudo. Quanto à fundamentação teórica, considera-se que Benveniste, ao apresentar em seu sistema de pensamento o princípio da intersubjetividade, rechaça uma visão egocêntrica do indivíduo, isto é, de um ser isolado em seu desenvolvimento. Sobre a subjetividade na linguagem diz, ainda, que o colocar a língua em funcionamento é definidor do subjetivo e da alteridade na linguagem. Bakhtin, por sua vez, ao apresentar o dialogismo como conceito fundante, articulando-o à noção de heterogeneidade como princípio do diálogo, implica o outro na constituição do sujeito. Defende-se que o conceito de intersubjetividade aproxima as duas teorias, motivo pelo qual é convocado no decorrer do texto para sustentar o intuito de aprender a “olhar” de forma diferente a escrita das crianças em processo de alfabetização na escola formal. A conclusão defende que, ao escrever, o sujeito traduz o sentido do mundo para si, constituído nas interações vividas, tanto na escola quanto fora dela.

Palavras-chave: enunciação, escrita, alfabetização.

ABSTRACT – This text, based on Émile Benveniste and Mikhail Bakhtin linguistic theories of enunciation, discusses the elements involved in the production of subjectivity and singularity of language. For this purpose, writing in the first school years was taken as the subject of study. Regarding theoretical concepts, Benveniste is considered, when presenting on his thought system the principle of intersubjectivity, denying an egocentric view of the individual, that is, of an isolated being through his/her development. On the subjectivity of language, Benveniste says that putting the language to work defines the subjectivity and otherness on language. On the other hand, when Bakhtin presents the dialogism as a landmark concept, working with the notion of heterogeneity as a dialogue principle, involves the other in the individual constitution. In this work it is said that the concept of intersubjectivity crosses both theories, reason why it is called upon along the text to support the intention of learning to “look” children’s writing from a different perspective during the process of literacy in the ordinary school. The conclusion states that, when writing, the individual translates the meaning of the world to himself, built from experienced interactions, both inside and outside school.

Key words: enunciation, writing, literacy process.

Introdução

Este texto é um esforço para dizer algo sobre a subjetividade e a singularidade na linguagem com relação à escrita. Vale advertir, no entanto, que isso será feito desde o ponto de vista que eu me autorizo, qual seja, o de uma pedagoga em busca de teorias lingüísticas que contribuam para a compreensão e delimitação do objeto de pesquisa próprio à pedagogia. Essa ressalva torna-se importante, neste contexto, porque coloca em relevo que fazer tal incursão não é tarefa fácil, mas, em compensação, tem possibilitado me aventurar em um campo até então desconhecido. Essa *aventura* “traduz”, essencialmente, que ser

pesquisadora no campo da educação é pinçar, em diferentes campos do conhecimento, suporte teórico e metodológico para compreender o objeto em estudo – um objeto sempre interdisciplinar – isso é o *próprio* da educação.

Como educadora, faço neste texto uma discussão em torno das teorias lingüísticas da enunciação de Émile Benveniste (1988, 1989)¹ e Mikhail Bakhtin (1986 e 1992), buscando compreender a subjetividade e a singularidade na linguagem, mais especificamente na língua e tomando a escrita como objeto de estudo. Benveniste apresenta em seu sistema de pensamento o princípio da intersubjetividade, com isso, rechaça uma visão egocêntrica do indiví-

¹ Neste artigo tomarei por referência básica os dois tomos *Problemas de Lingüística Geral I e II*, de Émile Benveniste.

duo, isto é, de um ser isolado em seu desenvolvimento. Para ele, não existe o homem fora da linguagem, já que ela é a própria condição de sua existência, pois “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. (...) É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem (...)” (Benveniste 1988, p. 285). Sobre a subjetividade na linguagem Benveniste diz, ainda, que é a forma como o sujeito coloca a língua em funcionamento que vai “dizer” do subjetivo e da alteridade de cada um.

Bakhtin, por sua vez, apresenta o *dialogismo* como conceito fundante de sua obra e traz a noção de heterogeneidade como princípio do diálogo, implicando o outro na constituição do sujeito. Os conceitos de *intersubjetividade* e *dialogismo* aproximam estas duas teorias da enunciação e serão aqui convocados para sustentar o intuito de aprender a “olhar” de forma diferente a escrita das crianças em processo de alfabetização² na escola formal.

Neste sentido, tenho como “pano de fundo” desta discussão o universo do processo de alfabetização das crianças na escola formal, meu campo de pesquisa. Busco compreender como estas teorias lingüísticas auxiliam na localização e compreensão da escrita enquanto objeto de conhecimento conceitual e cultural e como o domínio da escrita implica também um processo de subjetivação - que se traduz por meio das marcas lingüísticas em um enunciado. Assim, tratarei a enunciação sob dois prismas: o primeiro, oriundo do pensamento benvenistiano, enquanto *ato* a fim de aproximá-lo do *ato* de escrever; o segundo, oriundo do pensamento bakhtiniano, enquanto *interlocução*, princípio do diálogo que possibilitará uma analogia com a escrita das crianças em processo de alfabetização.

Ora, é consenso no meio acadêmico que a escrita traz marcas da subjetividade e por sua vez, da singularidade. No entanto, quero compreender como ela precisa ser “olhada” para que o sujeito, neste processo, apareça em sua alteridade. Como é “olhar” a escrita a partir de teorias lingüísticas que contemplam a enunciação e, através dela, o sujeito? Como isso pode produzir algo novo no campo da alfabetização e da educação?

As concepções de linguagem e subjetividade dos autores referidos serão conceitos “âncoras” das idéias sobre *língua* e *sujeito*, necessários às idéias que

quero fundamentar. Como disse anteriormente, discutirei as teses de Benveniste e de Bakhtin, tendo em vista as contribuições que podem fazer para pensar, em outras bases, o ato de escrever e a escrita das crianças escolares. E a escolha desses autores não é aleatória, deve-se ao fato de que as teorias que conceberam são teorias do *eu* e, por isso, supõem singularidade. Elas consideram a existência de um sujeito na linguagem e por isso as trouxe neste trabalho. Em outras palavras, a enunciação é sempre para *um*³. Mas, o que são Enunciação e enunciado? E onde, a partir dele, se pode localizar a escrita? Isso é o que será discutido no primeiro item⁴.

Da enunciação ao enunciado... Onde se situa a escrita?

É sabido que, por muitas décadas no Brasil, a prática de alfabetização da maioria dos educadores nos anos iniciais trouxe, por meio dos procedimentos de ensino, a visão de que a escrita é predominantemente uma técnica a ser dominada pelas crianças. Tenho constatado, por meio de pesquisas⁵ e como professora do curso de Pedagogia nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia de Alfabetização I e II e nos Estágios Supervisionados nos Anos Iniciais, que o discurso pedagógico sobre a escrita ainda apresenta essa concepção tradicional e histórica, qual seja, a de que aprender a escrever é dominar uma habilidade a ser adquirida pelos alunos, a partir de atividades mecânicas de repetição e memória. Nessa direção, a escrita apresenta-se como um código a ser decifrado. Os estudos têm mostrado a incessante busca das professoras por “melhores” métodos de alfabetização – outras formas de ensinar – que continuam privilegiando o mesmo conceito de escrita (Ferreiro e Teberosky, 1999; Kramer, 2000; Dias e Zasso, 2001).

No entanto, sabe-se que já por algumas décadas no meio acadêmico em geral – mais precisamente, a partir da década de 1980, aqui no Brasil – a escrita vem sendo debatida e pesquisada como objeto de conhecimento e compreendida a sua invenção como um processo histórico de construção de um sistema de representação. Os estudos também mostram, claramente, que os atos de escrever e ler são atividades conceituais, que intervêm prin-

² Quando me referir à alfabetização, não me restrinjo apenas à primeira série dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas às quatro primeiras séries deste nível de ensino.

³ É importante ressaltar que não é excluída a preocupação com a regularidade do sistema da língua o que garante a inserção social do sujeito.

⁴ Quero deixar claro que não será discutido aqui o que é próprio da subjetividade de cada um, pois isso caberia, acredito, a outros profissionais. Como educadora, tenho o interesse em pensar a escrita como uma linguagem que precisa ser compreendida numa perspectiva que considere a existência de um sujeito singular e com o intuito de construir um visão do ato de escrever como ato enunciativo. Penso que a lingüística enunciativa, trabalhada pelos autores referidos, deverá mostrar como a escrita subjetiva e, ao mesmo tempo, marca a alteridade de cada um.

⁵ Essas pesquisas foram realizadas em parceria com a colega Prof^a Dr^a Cleuza Maria Sobral Dias: Alfabetização de Mulheres: construindo um projeto-político-pedagógica-interdisciplinar a partir das histórias de vida de mulheres não alfabetizadas (Apoio CNPq –1998-2000); Educador de Jovens e Adultos do MOVA: os desafios encontrados no cotidiano da alfabetização (Apoio CNPq-1992-2001); A Função Social do Domínio da Escrita e da Leitura em Tempos de Letramento (Apoio PROBIC/FURG - 2002-2003). Desde 2003, estou colaborando com a pesquisa em andamento Cultura, Saberes e Práticas Cotidianas das Classes de Alfabetização (Apoio CNPq-2003-2005).

principalmente habilidades cognitivas e não somente perceptivo-motoras. (Ferreiro, 1998). É possível dizer que o sujeito, ao construir o sistema de representação da linguagem escrita, (re)significa a sua construção na medida em que a reinventa através da interpretação. O sujeito vai descobrindo as propriedades dos sistemas simbólicos através de um prolongado processo construtivo (Ferreiro, 2000). Essa realidade do ensino da escrita é presente ainda hoje em muitas escolas brasileiras, o que me impulsiona a estudar as teorias lingüísticas da enunciação, com a intenção de encontrar algum respaldo teórico e metodológico para, ao entender a escrita do ponto de vista deste campo de conhecimento, produzir outra visão sobre ela na escola.

Cabe dizer, todavia, que ao estudar o referido campo de conhecimento percebi que não existe somente uma teoria da enunciação, mas teorias da enunciação, dentre elas estão as teorias de Benveniste e de Bakhtin. A diversidade do campo não impede que se compreenda que os dois autores defendem a presença de um sujeito na língua, uma vez que cada enunciado é único e singular, unicidade e singularidade que se “mostram” na e pela língua.

No decorrer das leituras, tive sempre um questionamento me acompanhando: A escrita se situa na enunciação ou no enunciado? Para refletir sobre tal questão, é fundamental que se recorra, na lingüística enunciativa benvenistiana, ao texto *O aparelho formal da enunciação*, porque nele é possível encontrar a defesa de que a enunciação é processo e o enunciado o produto. Diz o autor:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a fala? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres lingüísticos que marcam esta relação (Benveniste, 1989, p. 82)

Essas idéias sobre a enunciação demonstram que, na fala-discurso⁶, o importante para analisar a enunciação não é o conteúdo dos seus enunciados, mas o ato individual de colocar em funcionamento a língua. A partir disso, pode-se pensar que o mais importante é a posição do sujeito na língua, isto é, a relação que estabelece com ela

para compor os enunciados: o enunciado é o produto da enunciação e a traduz nas marcas que carrega.

E o texto escrito, é ele um enunciado? Arrisco afirmar esta dúvida, mas e a escrita? Qual a diferença, se é que ela existe, entre o texto escrito e a escrita? Penso que o primeiro supõe o ato de escrever, enquanto a segunda seria todo o processo de mobilização da língua pelo sujeito (enunciação). Disso decorre mais uma indagação: o ato de escrever estaria num interstício entre a enunciação e o enunciado?

Para Benveniste, o sujeito não pode falar sem falar de si e, talvez por isso, o mais importante, para a lingüística da enunciação não é propriamente o *dito e o seu conteúdo*, o produto, mas o *fato de alguém ter dito*, o processo. É isso que diz do sujeito. Este sujeito deve ser compreendido como “(...) a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (Benveniste, 1988 p. 286). Na visão de Benveniste, a realização individual da enunciação pode ser definida como:

(...) um processo de *apropriação* (grifo do autor). O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos e acessórios, de outro (...) desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua ao outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário (...) (Benveniste, 1988, p. 84).

Aqui, vê-se claramente o princípio da intersubjetividade no pensamento benvenistiano, pois, quando o indivíduo se declara locutor, traz desde sempre o outro diante de si. Explícita-se também a implicação do sujeito na enunciação. Nesse sentido, pensando o ato de escrever no processo de alfabetização, percebe-se que ele traduz esta relação do sujeito com o outro. Ora, quando a criança está construindo a sua compreensão sobre o sistema alfabético – no caso, o da língua portuguesa – está também traduzindo o outro que a constitui, e faz isso por meio das tentativas de escrever ortograficamente. Tenho pensado que o processo de aprender a escrever e a ler⁷ traz consigo as construções cognitivas daquele que está se alfabetizando e que isso essa ação está estreitamente relacionada àquele que diz sobre o que são a escrita e a leitura, no caso da escola formal, a professora⁸.

Nesse sentido, a alteridade do sujeito em processo de aprendizagem da escrita e da leitura está em “disputa” incessante com aquele que o ensina. E por isso é relevan-

⁶ Na teoria lingüística de Benveniste, a fala é considerada a língua em uso, como enunciado sonoro, gestual e gráfico. Na conversação, temos uma relação temporal e na escrita uma relação espacial com a língua. Tanto a fala quanto a escrita são enunciados e, portanto, produtos da enunciação que dizem do sujeito.

⁷ Quando me referir ao ato de escrever também trarei ao texto o ato de ler por considerar que, embora sejam processos cognitivos diferentes têm implicações entre si, uma vez que “...ninguém escreve aquilo que não lê” (Ferreiro, 2000). No entanto, quero ressaltar que o meu objeto de estudo é a escrita de crianças em processo de alfabetização.

⁸ Vou utilizar o gênero feminino porque quase a totalidade dos profissionais da educação, neste nível de ensino, são mulheres.

te que se perceba a importância da concepção de escrita das profissionais no processo de alfabetização, uma vez que elas podem intervir diretamente nesta forma de expressão, tanto na positividade desta relação ou não.

Se considerarmos que, do ponto de vista da lingüística enunciativa de Benveniste, o sujeito é essencialmente lingüístico e a língua traduz a relação que o sujeito estabelece com o mundo, o processo de alfabetização passa a assumir outra dimensão no trabalho escolar. Para o autor,

(...) na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz cada locutor co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (Benveniste, 1989, p. 84).

Como se vê, para Benveniste, a referência é constitutiva de cada ato de enunciação, uma vez que ela não se dá com relação ao contexto ou ao conteúdo, mas, sim, ao próprio sujeito, por isso ela é integrante da enunciação. Pensar em uma cena enunciativa pressupõe considerar “(...) o próprio ato, as situações em que ela se realiza e os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 1989, p. 83). Esses elementos da cena enunciativa indicam procedimentos metodológicos de análise de um campo empírico a ser investigado. Assim, pergunto: em que cena enunciativa se tem alfabetizado as crianças da escola formal?

Sabe-se que, embora no mundo contemporâneo a informação esteja disponibilizada nos mais variados meios de comunicação em razão do avanço tecnológico, a escrita continua sendo uma das tecnologias mais valorizadas, porque é a ferramenta cultural que pode permitir ao sujeito transformar as informações em conhecimento. E a escola continua sendo o espaço social privilegiado para trabalhar o conhecimento. No entanto, Kramer (2000) diz que a escrita ainda não ocupa o seu lugar por aqueles que fazem a escola:

Dentre todas as possíveis formas de expressão, dentre todos os modos de deixar marcas e demonstrar o que se pensa, sente, deseja ou crê, a escrita teve e tem um papel central ainda não aprendido, ainda não exercido na escola, ainda não praticado por aqueles que fazem a história na e da escola (p. 105).

Essa continua sendo a realidade de muitas escolas, pois os educadores ainda não aprenderam a explorar o potencial de criação da escrita, apenas insistem em trabalhar com uma escrita instrumental, funcional, mecânica,

repetitiva e esvaziada de sentido. Assim, ela tem sido concebida, pela maioria das instituições, de uma forma que, ao invés de possibilitar a expressão do sujeito, tem-no “aprisionado” em sua estrutura gramatical, dificultando a exposição das idéias e o desenvolvimento do raciocínio lógico. É importante lembrar que a expressão pela escrita se refere ao ato de enunciar-se como sujeito.

Como vimos, toda a enunciação em Benveniste é um processo que está ligado ao ato de utilização e funcionamento da língua e o seu resultado, o enunciado, se traduz na fala – discurso daquele que a produz⁹.

E Bakhtin como concebe a enunciação e o enunciado? Em seu texto *Marxismo e Filosofia da Linguagem* diz que a enunciação

(...) é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A *palavra dirige-se a um interlocutor* (grifo do autor): ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (Bakhtin, 1986, p. 112).

Nessas idéias, embora se possa fazer aproximações entre os dois autores em discussão, aparecem diferenças em relação à enunciação ser processo ou produto. Bakhtin (1986), tendo o dialogismo como princípio, entende que ela é resultado da interação de dois indivíduos. Mesmo que o interlocutor não seja real, ele está presente. Diz ainda a esse respeito que “(...) o mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório social* (grifo do autor) próprio bem estabelecido (...)” (p. 112-113)

Essa visão respalda a idéia de que a escrita das crianças em processo de alfabetização, enquanto uma enunciação, supõe diálogo mesmo antes delas atingirem a forma ortográfica da língua. As crianças expressarão na escrita a interação vivida por elas com a professora e também procurarão corresponder à expectativa de quem está orientando o seu processo de aprendizagem. Por isso, a relevância de se ter uma concepção de escrita respaldada também nos fundamentos lingüísticos, pois se pode construir uma metodologia de ensino, que conceba a escrita como mais um objeto de conhecimento que propicia a expressão da razão, da emoção e da singularidade humana.

Assim, para Bakhtin (1986) a palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande e tem *duas faces* (grifo do autor) por que:

Ela é determinada tanto pelo fato *de* que precede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela

⁹ Para este autor, a enunciação se dá em uma estrutura do *eu, tu, aqui, agora*. Isso será melhor abordado no item que tratará mais diretamente sobre a subjetividade na linguagem.

constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade (...) A palavra é território comum do locutor e do interlocutor (p. 113) (todos grifos são do autor)

Ao encontrar essa compreensão sobre a palavra em Bakhtin, percebo a relação intrínseca que pode existir entre a palavra fonetizada e a palavra escrita, no sentido de situá-las no processo enunciativo. Quando escrevemos, também estamos num lugar que precede alguém e que se dirige a alguém. E esse ato está ligado à relação que estabelecemos, enquanto sujeitos essencialmente lingüísticos, com o mundo e com o interlocutor. Como reforça Bakhtin (1986), a palavra é um território comum do locutor e do interlocutor, mas cabe uma boa metade ao locutor, por isso ela “(...) se situa numa espécie de *zona fronteira* (grifo meu) (...)” (p. 113). Podemos pensar que a criança ao escrever está situada num espaço intermediário, num interstício entre a enunciação e o enunciado, já que a palavra se situa em uma zona fronteira.

Bakhtin (1986) afirma ainda que a estrutura da enunciação é inteiramente determinada pelas relações sociais. Ele defende que “*a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação*” (grifo do autor)(p. 113). Nesse sentido, a enunciação é um puro produto da interação social e o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior, pois está situado no meio social que envolve o indivíduo. Um ato de fala é determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística. (p. 21)

A visão bakhtiniana deixa explícita a natureza social da enunciação, mas não ignora que “(...) as enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que a elas está reservada a função criativa da língua” (p. 122). Nessa direção, podemos inferir que é também na função criativa da língua que se institui a alteridade, e ao mesmo tempo, a singularidade da apropriação da língua de cada um.

Ele diz que o diálogo é uma das formas mais importantes da interação verbal, mas pode ser compreendido em sentido amplo, ou seja, “(...) não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas face a face, mas toda comunicação verbal, *de qualquer tipo que seja*. (grifo meu)”(p. 123). Ele é a forma fundante da interação verbal e, neste sentido, podemos pensar também a escrita enquanto diálogo, pois ela é uma das formas de expressão da língua que também supõe comunicação, a partir deste pensamento sobre a dimensão social da língua, Bakhtin discorda da concepção por ele denominada de objetivismo abstrato porque, segundo sua interpretação, toma a enunciação monológica como ponto de partida da análise

da interação verbal. Para Bakhtin, a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. “A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (Bakhtin, 1986, p. 123) (todos grifos são do autor).

Aqui o autor defende, mais uma vez, o princípio do diálogo como constituinte da língua, a importância da realidade lingüística concreta de determinada comunidade na realização da enunciação ou das enunciações e a interação verbal como sendo fundante da língua humana. A respeito disso vale perguntar: estaria o ato de escrever inscrito nesta mesma condição da enunciação?

Enfim, para encaminhar a reflexão sobre enunciação e enunciado e as relações que mantêm com a escrita, parte dos objetivos deste texto, é de suma importância lembrar que, para Bakhtin, a enunciação, enquanto um todo, só se realiza no curso da comunicação verbal. Ele considera que

(...) o processo da fala, compreendida em seu sentido amplo, como atividade de linguagem humana tanto exterior como interior é ininterrupto, não tem começo e nem fim. A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu *auditório*. (grifo do autor) (Bakhtin, 1986, p. 125).

A exemplo do que afirmava anteriormente a respeito da palavra situada em uma zona fronteira entre o locutor e o interlocutor, Bakhtin defende a idéia de que a fala é uma ilha. Isso nos leva a acreditar, cada vez mais, que o ato de escrever – assim como a conversa e a palavra – enquanto enunciação se situa em um espaço intermediário, em um interstício ou o que poderia ser chamado de um “entre-lugares” (Bhabha, 2001) entre a enunciação e o enunciado. Neste lugar, ou seja, num terceiro espaço se colocaria o sujeito produzindo o “novo” (a alteridade) – a criatividade da língua – a partir do “velho” (a cultura) – a estrutura da língua – marcada pela singularidade de cada um.

Nessa direção, é possível inferir que o sujeito, ao incorporar a estrutura da língua e a tradição da escrita, também as renova, no sentido de (re)significá-las no presente. E, nesse processo de incorporação e de (re)significação, o sujeito se encontra na contingência de um entre-lugares, entre a enunciação e o enunciado, que inova e interrompe o presente, ao imprimir nas marcas da cultura sua singularidade.

Pelos estudos feitos, os dois autores das teorias da enunciação aqui mobilizados corroboram a idéia da existência de um sujeito na língua, um sujeito constituído na linguagem e, por isso mesmo, elas são teorias que colocam em relevo a linguagem como produção. Dessa forma, as enunciações são únicas, infinitas, inesgotáveis pela variedade virtual da atividade humana, porque o ato de

enunciação produz sentido a cada vez que é enunciado, mesmo apresentando a repetibilidade da estrutura da língua. Trata-se de outra concepção de estrutura que comporta o já-dado, mas sem deixar de se ancorar no sempre-novo. Está posta a questão da subjetividade na linguagem.

Da subjetividade na linguagem

Apesar de já ter referido no item anterior, a subjetividade na linguagem - quando da apresentação dos conceitos de enunciação e enunciado - situei relativamente também o ato de escrever e a escrita das crianças da escola formal em processo de alfabetização-, neste item, o recorte será especificamente a subjetividade na enunciação. Para que esta questão seja compreensível é fundamental precisar alguns conceitos que ancoram as teorias lingüísticas aqui refletidas, em especial, no que se refere à constituição da subjetividade.

Na teoria lingüística de Benveniste (1988) encontra-se que a linguagem

... está na natureza do homem, que não a fabricou (...) Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (p. 285)

Essa visão apresenta a linguagem numa dimensão antropológica, na medida em que sugere que o homem se constitui na - e pela - linguagem, que ela é condição de sua existência, ou seja, que a linguagem é a possibilidade de inscrição do homem na cultura. Também deixa claro, como já vimos no item anterior, o princípio da intersubjetividade da linguagem, o qual é importante para pensar a subjetividade na língua e, por decorrência, na escrita das crianças. Benveniste (1988) diz:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito* (grifo do autor); porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ego. A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como "sujeito" (grifo do autor) (...) (p. 286)

A subjetividade em Benveniste não é de ordem psicológica, mas do homem na língua, ou seja, da representação do sujeito na língua em uso; quer dizer, da intersubjetividade. Para Benveniste (1988)

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade - que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa *eu* (...) A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele

mesmo com *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a "mim", torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (...) (p. 288)

Nessa estrutura do enunciado ficam reiteradas a presença da subjetividade na língua e a intersubjetividade como princípio da constituição do sujeito na linguagem. A categoria de *pessoa* em Benveniste (1989) são próprios ao *eu* e ao *tu*, entidades lingüísticas da categoria de sujeito. Para este autor, "(...) a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) não se produz senão na e pela enunciação: o termo eu denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo tu, o indivíduo que aí está presente como alocutário" (p. 84).

A relação *eu-tu* é sempre passível de reversibilidade, pois os dois índices de pessoa são considerados subjetivos no uso da língua, uma vez que se determinam em cada enunciação. Assim, enunciação supõe uma estrutura que comporta o sujeito - a intersubjetividade -, o tempo e o espaço expressos no *eu, tu aqui e agora* do enunciado. A que se referem o *aqui* e o *agora*?

O *aqui* da estrutura da enunciação refere-se ao espaço, às condições da enunciação que são sempre irrepetíveis pela efemeridade em que se dá a relação com a língua a cada novo ato enunciativo; o *agora* diz respeito ao tempo da enunciação. Benveniste (1989) acredita que a temporalidade pode ser considerada um quadro inato do pensamento. Ele assim se refere sobre a produção da temporalidade:

Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, da categoria de presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato da enunciação torna possível (...) o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (p. 85).

Nesse sentido, a cada ato de enunciação torna-se possível o tempo presente. Ele é fugaz, mas também possibilita um sentimento de continuidade. Para o autor, é esta consciência de continuidade que denominamos "tempo" (grifo do autor): (...) continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente, do próprio ser que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais (Benveniste, 1989, p. 85-86).

A conversa e o gesto se caracterizam pela efemeridade e por isso é na continuidade e temporalidade da relação do homem com a língua que o presente fica marcado. Já a escrita marca o tempo presente de forma mais permanente e traduz, por meio das marcas lingüísticas a posição do sujeito, considerada lingüisticamente como sua subjetividade. Pelo que foi visto, a estrutura da enunciação em Benveniste comporta um sujeito, isso singulariza a sua teoria lingüística.

Em Bakhtin, o sujeito é o da interlocução. Por isso, é no diálogo que se traduz a sua heterogeneidade, pois o *eu* só se constitui na alteridade com o outro. Nesse sentido, penso que o ato de escrever, enquanto diálogo com o exterior, subjetiva aquele que escreve na medida em que o enunciado escrito traduz a relação que o sujeito estabelece com o mundo por meio da posição que ele ocupa no texto. Esta posição pode ser analisada pelas marcas lingüísticas, ou seja, pelas marcas da estrutura da língua ou dos gêneros¹⁰ do discurso adotado.

No próximo item, farei uma tentativa de delinear uma metodologia de análise enunciativa da escrita das crianças em processo de alfabetização. Serão discutidas as dimensões semântica e semiótica do uso da língua como forma de construir um caminho para identificar a posição do sujeito e sua alteridade no texto escrito. Indagamos: como será produzir conhecimento tomando por estudo um objeto que se situa num lugar instável e intermediário como o ato de escrever?

O “olhar” da enunciação sobre a escrita das crianças em processo de alfabetização

Ao realizar os estudos sobre essas teorias lingüísticas enunciativas compreendi que o ato de escrever se situa numa posição de entre-lugares (Bhabha, 2001), entre a enunciação e o enunciado, e que, por isso, possibilita a (re)criação do sujeito. A sua produção - o texto escrito - é o enunciado que traduz, por meio de uma posição lingüística, a alteridade de cada um. Como educadora que busca ancoragem para suas questões neste campo de conhecimento, o que se coloca neste momento é como identificar as formas lingüísticas e os sentidos do texto escrito. Penso que preciso situar a *forma* (semiótica) e o *sentido* (semântica) da linguagem também tratados por Benveniste (1989).

Este autor defende que existem duas modalidades fundamentais da função lingüística: a semiótica e a semântica. Tem “(...) aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica” (Benveniste, 1989, p. 229). A partir desta definição, ao escrever as crianças em processo de alfabetização estariam envolvidas concomitantemente com estas duas modalidades?

Para buscar resposta a esta questão vou trazer o que Benveniste (1989) diz sobre a semântica ao se referir ao uso da língua. Ele defende que:

(...) A noção semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, ente o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo,

organizando toda a vida dos homens (...) Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, na produção do discurso (p. 229).

A partir desta visão, o texto escrito vai traduzir o sentido daquele que escreve e, assim, ele poderá ser o objeto de análise deste estudo que pretendo realizar. Por meio do texto escrito, poderei visualizar o domínio da língua e o seu uso, bem como, a relação daquele que escreve com o mundo através do sentido impresso na escrita. Mas, é pelo sentido que identificamos a posição do sujeito ou pelas formas lingüísticas?

Como vimos, a semântica refere-se ao sentido e a semiótica as formas. Para Benveniste (1989) o

signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão (grifo do autor) particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (grifo meu) (p. 230).

Tomando por referência essas idéias a respeito das funções lingüísticas, o que vai marcar a alteridade do sujeito é tanto a forma como o sentido, uma vez que o signo significa de acordo com a mobilização e o agenciamento das palavras que compõem a frase (o discurso). Mesmo sendo a palavra a unidade semântica por excelência. Ela é

(...) como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento (...) o sentido da frase é de fato a *idéia* (grifo do autor) que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem uma sobre as outras (Benveniste, 1989, p. 230).

Ao escrever o sujeito estará num lugar de mobilização e utilização da língua aonde vai neste ato de enunciação, utilizar as diversas formas sintáticas para compor o sentido do seu texto escrito. Não podemos deixar de lembrar que a referência do texto, sempre será o próprio sujeito, ou seja, o sentido que ele quer imprimir naquele momento. Como vimos, para Benveniste “a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (p. 230).

Essa compreensão demonstra que a composição destas duas modalidades é que vai permitir identificar posição do sujeito que escreve, ou seja, sua singularidade. Assim, para desenvolver este estudo é preciso dominar, além do saber até aqui construído, o conhecimento sobre as regularidades da estrutura da língua, uma vez,

¹⁰ Gêneros de discurso na lingüística bakhtiniana são “(...) tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados, com os quais contudo têm em comum a natureza *verbal* (lingüística) (...)” (Bakhtin, 1992, p. 280).

que vai possibilitar a identificar os “desvios” da enunciação, os quais, vão “dizer” da alteridade do sujeito.

Considerações finais

Nessas palavras de encaminhamento, quero insistir na pertinência de conceber a escrita enquanto um objeto de conhecimento que subjetiva e singulariza aquele que escreve. Portanto, trouxe aqui algumas incursões realizadas nas teorias lingüísticas enunciativas de Benveniste e Bakhtin para buscar compreender melhor o ato de escrever, o texto escrito e a escrita. Percebi a partir dessas teorias lingüísticas que a escrita refere-se ao processo mais global da enunciação; o texto escrito, embora traga implícita a enunciação, se traduz em um enunciado que “diz” da posição lingüística do sujeito que marca a sua alteridade e o ato de escrever se situa num entre-lugares entre a enunciação e a enunciado onde se situa a possibilidade da (re)criação humana marcada pela (re)significação de cada um.

Após esta incursão nas teorias lingüísticas trabalhadas, visualizo a escrita, o texto escrito e o ato de escrever deste outro ponto de vista do conhecimento - o da enunciação - o que possibilitou reforçar, mais uma vez, as idéias que vinha construindo em torno do processo de subjetivação que o ato de escrever supõe e exige e, da importância da escrita enquanto principal objeto cultural para a aprendizagem. Estas questões nos remetem para a realidade da maioria das escolas, no que se refere ao processo de alfabetização, mais especificamente, sobre o ensino da escrita onde se insiste em um trabalho pedagógico mecânico e repetitivo. Nessas escolas se escreve sem saber porque e para quem. Isso tem dificultado e, muitas vezes, impedido o domínio da escrita por parte de uma grande parcela das crianças que chegam à escola.

O Censo realizado pelo IBGE em 2003¹¹ aponta que o Brasil ainda permanece com um contingente de 31,3 milhões (24,8%) de analfabetos funcionais. Isso significa que essa população chegou a freqüentar a escola, mas não sabe utilizar a escrita como mais uma forma de expressão e como uma ferramenta de conhecimento. No meu ponto de vista, a diminuição deste fracasso produzido pela escola é de responsabilidade de todos os profissionais da educação que trabalham na formação de professores da educação básica. E, a pesquisa que ora estamos delineando também vai contribuir para a formação das professoras que trabalham nos anos iniciais da escolarização.

Sabemos que o domínio da escrita exige um esforço construtivo conceitual por parte daquele que aprende, pois explícita a relação que ele estabelece com o mundo traduzindo sua subjetividade e, por sua vez, a alteridade de cada um. Por isso, a pertinência de nos atentarmos para a cena enunciativa da escrita vivenciada pelas crianças na

escola, uma vez que a subjetividade é a língua em uso, ou seja, a capacidade do locutor se propor como sujeito. Precisamos pensar nos espaços e nos tempos na escola em que se faz uso da língua com significado, pois nestas experiências as crianças desenvolvem o pensamento lógico, a capacidade de síntese e de análise.

Como vimos em Bakhtin o sujeito é o da interlocução e por isso ele coloca o dialogismo como princípio da constituição do sujeito. Penso que a escola como o *lócus* principal do conhecimento tem que se constituir neste espaço por excelência das interações verbais onde os sujeitos se constituam, sem ter que “esconder” a sua singularidade. Ao escrever, o sujeito vai traduzir o sentido do mundo para si, constituído nas interações vividas, tanto na escola como fora dela.

Penso que a concepção de escrita precisa ser revisitada, pois, ao lembrar das experiências de escrever na escola, sempre me vinha, e ainda vem, à primeira lembrança, a preocupação com a forma gramatical e não com as idéias a serem expressas no texto escrito. Hoje, depois de tantas aprendizagens e buscas difíceis, aprendi que *escrever é escrever-se* e por isso os textos escritos serão enunciados sempre únicos e singulares. Cabe lembrar aqui os dados mencionados sobre a situação do analfabetismo funcional em nosso país. Penso que esses dados revelam a continuidade de um ensino da escrita esvaziada de sentido.

É essa problemática que me instiga a investigar a escrita das crianças em processo de alfabetização na escola, uma vez, que como educadora formadora de professoras dos anos iniciais da escolarização me sinto responsável pelo processo de alfabetização das crianças brasileiras. Por estas razões, penso que este estudo pode ser um dos caminhos para redimensionar o processo de alfabetização realizado na maioria das escolas do nosso país.

E, essas referências teóricas têm permitido compreender melhor o objeto ora em estudo, uma vez que estão me ensinando a “olhar” a escrita deste ponto de vista. E, ao enunciar minhas construções, neste diálogo permanente sinto a insegurança e instabilidade que o ato de escrever supõe e por isso insisto em estudar as implicações subjetivas da escrita em crianças em processo de alfabetização.

É importante dizer, ainda, que esse texto compõe uma trajetória de estudos e descobertas teóricas e metodológicas a respeito da escrita, pois estamos construindo um caminho ainda não delineado. Esse percurso vai traduzindo e marcando a minha própria singularidade.

Referências

BAKHTIN, M.V. 1986. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 196 p.

¹¹ Matéria publicada no jornal *Correio do Povo* do dia 25/02/05.

- BAKHTIN, M.V. 1992. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 476 p. (Coleção Ensino Superior)
- BENVENISTE, É. 1988. [1902-1976]. *Problemas de Lingüística Geral I*. 2ª ed., Campinas, Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 388 p.
- BENVENISTE, É. 1989. *Problemas da Lingüística Geral II*. Campinas, Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 294 p.
- BHABHA, H. 2001. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 395 p.
- DIAS, C.M.S. e ZASSO, S.M.B. 2001. A Formação da professora na vivência de um processo de alfabetização de mulheres. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24: INTELECTUAIS, CO-NHECIMENTO, ESPAÇO PÚBLICO, Caxambu, 2001. *Anais...Caxambu, ANPED,CD-ROM*.
- FERREIRO, E. 1998. *Alfabetização em Processo*. 12ª ed., São Paulo, Cortez, 144 p.
- FERREIRO, E. 2000. *Reflexões Sobre Alfabetização*. 24ª ed., São Paulo, Cortez, 95 p.
- FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. 1999 *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 300 p.
- KRAMER, S. 2000. Escrita, Experiência e Formação – múltiplas possibilidades de criação de escrita. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 2000. *Anais. Linguagens, Espaços e Tempos no Ensinar e Aprender*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 105-121.

Submetido em: 12/05/2006

Aceito em: 05/06/2006

Silvana Maria Bellé Zasso

Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, RS, Brasil